

CEILÂNDIA

Despejo ameaça trabalho social

Érica Montenegro
Da equipe do **Correio**

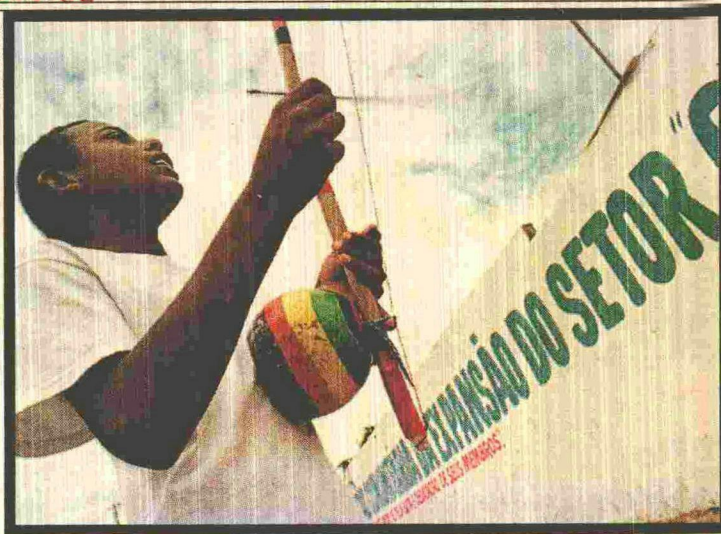
A idéia do novo administrador de Ceilândia, Milton Barbosa, de iniciar sua gestão com um levantamento sobre o empréstimo de equipamentos públicos a lideranças comunitárias, já provocou o primeiro protesto. Barbosa mandou revisar as concessões de uso de 22 galpões da administração que abrigam obras sociais. A intenção, segundo a administração, é resolver pendências judiciais sobre a ocupação dos terrenos.

“Queremos saber como, por quem e para que os imóveis es-

tão sendo usados”, informa o assessor da administração Valdeci Medeiros. A primeira notificação de desocupação foi entregue quarta-feira, para a Associação Comunitária da Expansão do Setor O (Aceso), pedindo de volta o galpão da área especial da QNO 18/19 que a entidade ocupa há 15 anos.

O lugar serve de creche para crianças, sala de alfabetização para adultos e academia de dança e capoeira para jovens e adolescentes. O espaço de 150 m² é usado de segunda a sábado, das 8h às 22h. “Atendemos mais de 300 pessoas. Sem esse lugar, nosso trabalho ficará inviabilizado”,

Carlos Vieira



SIDNEY NÃO QUER FICAR SEM A CAPOEIRA: “É ESPORTE E É DE GRAÇA”

lamenta Veridiano Custódio de Brito, gráfico e membro da diretoria da Aceso.

Ontem de manhã, cerca de 80 moradores do Setor O protestaram contra o despejo. Aluno de capoeira, Sidney Arcanjo da Silva, 12 anos, não quer ficar sem as au-

las. “É esporte e é lazer, e é de graça”, defende. Professora de alfabetização de adultos, Ediane Pereira Dias, 25 anos, também teme ficar sem a sala. “Os projetos sociais são poucos, por que dificultá-los?”, questiona.

A Aceso mantém parceria com

a Universidade de Brasília (UnB) e o Programa Comunidade Solidária. A verba repassada pelo governo federal é de R\$ 4.600, suficiente para pagar uma bolsa de R\$ 200 para os 11 professores e fornecer um mirrado lanche para os alunos.

O protesto fez a administração recuar. O galpão deveria ter sido desocupado ontem, mas ficará com a associação por dez dias, pelo menos, prazo para o administrador estudar o processo. “Ele analisará a situação e levará em conta o trabalho realizado”, garante o assessor Valdeci Medeiros. Os funcionários da administração não souberam dizer os motivos da notificação.

O termo de concessão de uso da Aceso venceu em junho de 2.000. De acordo com Veridiano Custódio, os documentos para a renovação foram entregues na Administração três vezes. “Eles já indeferiram várias vezes, sem explicar por que.”

CORREIO BRAZILIENSE

29 JAN 2002